

Contas nacionais A economia portuguesa precisa de exportar mais €9 milhões e investir mais €6 milhões por dia para cumprir as metas do Governo

A este ritmo, Portugal não vai lá



Texto **JOANA NUNES MATEUS**
Ilustração **HELDER OLIVEIRA**
Infografias **OLAVO CRUZ**

O Governo já percebeu que precisa de pedalar bem mais depressa para acelerar o crescimento da economia portuguesa, cumprir o cenário macroeconómico que todas as autoridades nacionais e internacionais questionam e evitar o tal plano B com mais medidas de austeridade. As contas nacionais do primeiro trimestre de 2016, divulgadas esta semana pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), não só mostram o abrandamento do produto interno bruto (PIB) nos primeiros 91 dias do ano (ver gráficos) como permitem calcular quanto deve o PIB acelerar nos outros 275 dias que restam para chegar à meta de 2016.

Pelas contas do Expresso, o PIB só cresce 1,8% este ano se a economia conseguir gerar mais €5 milhões de riqueza por dia. O PIB diário — que andou na casa dos €472 milhões no primeiro trimestre — tem de subir para os €477 milhões nos restantes três trimestres de 2016.

Mas o esforço não é igual nas três

rodas que fazem andar a economia portuguesa. A roda do consumo até pode desacelerar já que as famílias e as administrações públicas estão a gastar acima do previsto. O problema é que o esforço adicional exigido à economia portuguesa se concentra precisamente nas rodas do investimento e das exportações, quando o atual contexto é de incerteza e abrandamento do comércio internacional. De facto, o país precisa de investir mais €6 milhões por dia e de exportar mais €9 milhões por dia para recuperar o atraso do primeiro trimestre e cumprir as metas do Governo para 2016.

Consumo já esqueceu a troika

A economia portuguesa tinha começado o ano logo a cair não fosse a roda do consumo estar a rolar acima do previsto. Perante o abrandamento das exportações e a queda do investimento, foram sobretudo as compras das famílias, mas também os gastos das administrações públicas, que evitaram uma quebra do PIB logo no primeiro trimestre de 2016.

Certo é que a política de reposição do rendimento das famílias trouxe resultados imediatos. O consumo não só recuperou pelo 12.º trimestre consecutivo como acelerou mais 2,9% para finalmente regressar ao patamar que a troika encontrou em 2011, quando

aterrou em Portugal. Neste primeiro trimestre de 2016 os portugueses não só decidiram gastar mais em serviços e bens de consumo corrente (mais 2%) como correram sobretudo a comprar automóveis e outros bens duradouros (mais 12,8%). A verdade é que a confiança dos consumidores está a subir. Os dados relativos ao mês de maio que o INE divulgou esta semana mostram que o saldo das opiniões dos portugueses sobre a realização de compras importantes não para de aumentar desde janeiro, atingindo já o valor máximo desde junho de 2004.

Contudo, o consumo não vai crescer assim para sempre. Esta semana, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

atualizou as suas previsões para Portugal e avisou sobretudo o Governo que as políticas tomadas para impulsionar o consumo — como a subida do salário mínimo, a reversão dos cortes salariais na função pública e a redução da sobretaxa do IRS — não produzem resultados duradouros devido à historicamente baixa taxa de poupança das famílias portuguesas e à reduzida criação de postos de trabalho.

O drama do investimento

O mais preocupante nas novas previsões da OCDE não é o abrandamento do consumo mas o que um novo colapso do investimento pode custar ao país em termos de criação de riqueza e de emprego.

O problema está na formação bruta de capital fixo (FBCF), a roda que inclui sobretudo os investimentos em construção, maquinaria, equipamentos ou propriedade industrial. No primeiro trimestre de 2016, a FBCF caiu 2,2%, interrompendo uma frágil recuperação que durava há já nove trimestres consecutivos.

A verdade é que desde 2014 o Conselho das Finanças Públicas vinha alertando para a ausência de uma estratégia económica e financeira capaz de suportar a recuperação do investimento no país. O Governo ainda está a contar com um crescimento do

investimento de 4,9% em 2016 mas o Banco de Portugal já cortou em março a previsão para 0,7% e agora, em junho, a OCDE diz que vai cair 1,5% em 2016.

O desafio do Governo é ressuscitar o investimento já neste segundo trimestre. A verdade é que o indicador de clima económico aumentou em abril e os primeiros meses do ano foram de difícil transição entre o arranque do novo ciclo de investimento do Portugal 2020 e o encerramento do ciclo de investimento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) que, durante 2015, construiu grandes infraestruturas agora inauguradas, como o túnel do Marão ou a extensão da linha azul do metropolitano de Lisboa à Reboleira.

Junker a zeros

A grande prioridade do Governo é acelerar a execução dos fundos europeus do Portugal 2020 para pôr rapidamente em marcha os novos investimentos. Além dos sucessivos anúncios de investimentos públicos e privados, com destaque para os programas de regeneração urbana, o primeiro-ministro António Costa já prometeu pagar €450 milhões de fundos às empresas até ao fim do ano e apresentar, já a 16 de junho, as soluções desenvolvidas pela Unidade

ALÉM DE ANGOLA, CHINA OU BRASIL, É A QUEDA DAS EXPORTAÇÕES PARA A ALEMANHA QUE ESTÁ A GERAR PREOCUPAÇÃO NA FRENTE EXTERNA



de Missão para a Capitalização das Empresas de modo a enfrentar o problema de financiamento que bloqueia o investimento no país.

Uma das oportunidades que o país está a desperdiçar é o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, que esta semana divulgou o balanço do primeiro ano de atividade. Até maio de 2016, o Plano Juncker já financiou, em €9,3 mil milhões, 64 grandes projetos de inovação e infraestruturas, por forma a alavancar €100 milhões de novo investimento pela Europa fora. Mas nesta lista não consta qualquer projeto português.

Em declarações ao Expresso, o comissário europeu Carlos Moedas explicou como Portugal pode congrega

O PLANO JUNCKER JÁ FINANCIOU, EM €9,3 MIL MILHÕES, 64 GRANDES PROJETOS PELA EUROPA FORA MAS NENHUM DELES É PORTUGUÊS

esforços para fazer parte deste plano para recuperar o investimento e criar emprego a nível europeu. “Existe a perceção que o Plano Juncker apenas apoia projetos de grande dimensão. Fico satisfeito com a decisão da Comissão Europeia de incentivar ainda mais o uso de plataformas de investimento, que permitem agregar e viabilizar projetos de menor dimensão. É mais uma prova da flexibilidade do Plano Juncker e estou confiante que será muito útil para financiar projetos portugueses”.

Atenção aos stocks

O antigo ministro da Economia Daniel Bessa concorda que a única razão para ter alguma esperança no investimento são os fundos de Bruxelas, mas teme que a rentabilidade negativa das empresas exportadoras ponha em causa o relançamento do investimento no país: “Muitas empresas foram para a exportação por uma questão de sobrevivência e ninguém vai investir quando está a perder dinheiro”.

Para o economista, a elevada variação das existências revelada pelas contas do investimento neste primeiro trimestre de 2016 pode ser um prenúncio de uma futura travagem da produção. “Com a economia parada, ninguém vai aumentar os stocks. Se a stockagem é involuntária é porque as empresas não conseguiram vender o que produziram e, da próxima vez, vão produzir ainda menos”.

O fator alemão

Além do consumo e do investimento, o Governo conta com as vendas de bens e serviços ao exterior para crescer em 2016. Esta terceira roda é a das exportações e não para de abrandar há um ano, de 7,1% no segundo trimestre de 2015 para 2,2% no primeiro trimestre de 2016.

O Governo conta que as exportações cresçam 4,3% em 2016 mas as novas projeções da OCDE só apontam para um crescimento de 2,8%. O mundo não está a ajudar já que o comércio internacional desacelerou pelo terceiro ano consecutivo e a quebra de encomendas por parte de clientes emergentes como China (-33%), Angola (-45%) ou Brasil (-27%) obrigam os empresários e a diplomacia económica a procurar mercados alternativos para as exportações portuguesas.

Na frente europeia, para onde Portugal exporta cerca de três quartos dos bens e serviços, há um problema conjuntural com a Alemanha que a desaceleração da atividade da Autoeuropa não consegue explicar. O Governo está atento até porque os alemães são o terceiro maior cliente dos produtos “made in Portugal” e o comportamento da maior economia europeia em relação às compras que faz em Portugal pode condicionar o crescimento da economia portuguesa. Para já, os dados do INE mostram que as exportações portuguesas para a Alemanha desceram 4,5% no primeiro trimestre de 2016, caindo mais de 7% só no último mês de março.

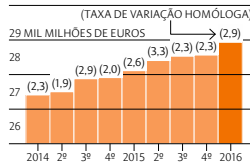
Armadilha do baixo crescimento

O Banco Central Europeu reviu esta semana o crescimento da zona euro em alta, de 1,4% para 1,6% em 2016, atenuando uma recuperação gradual do comércio internacional. Mas a OCDE não se entusiasma com mais duas décimas e alerta para os choques decorrentes da saída do Reino Unido da União Europeia, que no caso português podem custar 1% ao PIB até 2018. No fórum anual realizado esta semana, a OCDE instou os decisores políticos a enfrentar de vez a armadilha do baixo crescimento a que está presa a economia mundial, mobilizando de forma mais abrangente e coordenada as políticas orçamentais, monetárias e estruturais para gerar mais crescimento e cumprir as promessas feitas aos mais jovens e aos mais velhos. Para o economista João Ferreira do Amaral, a Europa está anémica e é agora óbvio que as instituições europeias não conseguem incentivar o crescimento. “Chegamos a uma altura em que a política está a condicionar negativamente a economia”.

jnmatheus@imprensa.pt

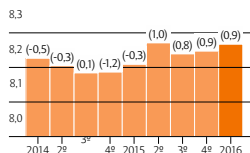
COMO CRESCE PORTUGAL?

CONSUMO PRIVADO



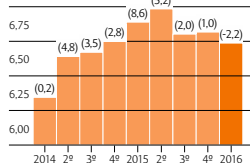
Recupera há 12 trimestres consecutivos e é agora o grande motor da economia portuguesa. Só no primeiro trimestre de 2016, as famílias gastaram mais 2,9%, acima da meta do Governo (2,6%) e da previsão da OCDE (2,2%) para este ano de 2016

CONSUMO PÚBLICO



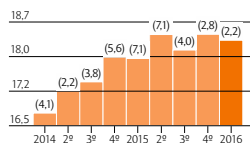
As despesas de consumo final das administrações públicas estão a ajudar ao crescer 0,9%. Mas este é um ritmo superior aos 0,2% impostos pelo Governo e a OCDE prevê que desacelere para 0,1% durante ano de 2016

INVESTIMENTO



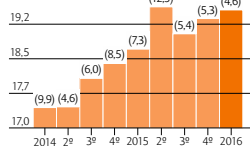
A puxar a economia para baixo está a formação bruta de capital fixo, que caiu 2,2% no primeiro trimestre de 2016. O Governo ainda acredita que o investimento suba 4,9% em 2016, mas a OCDE já prevê que caia 1,5% face a 2015

EXPORTAÇÕES



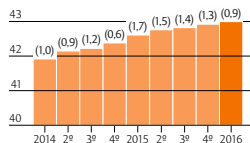
As vendas de bens e serviços ao exterior subiram 2,2% no primeiro trimestre de 2016, o ritmo mais baixo dos últimos dois anos. O Governo precisa que as exportações subam 4,3% em 2016, mas a OCDE fica-se pelos 2,8%

IMPORTAÇÕES



A compensar o baixo desempenho das exportações na frente externa estão as compras de bens e serviços ao exterior. Já desaceleraram para 4,6% e a OCDE prevê que abrandem ainda mais: para 2,8% durante o ano 2016. O Governo contava que subissem 5,5% face a 2015

PIB



O produto interno bruto cresceu 0,9% no primeiro trimestre de 2016. O Governo acredita que a economia possa crescer o dobro (1,8%) durante este ano, mas a OCDE prevê apenas uma subida de 1,2% em 2016, abaixo dos 1,5% que Portugal conseguiu crescer em 2015

FONTE: INE, PROGRAMA DE ESTABILIDADE E OCDE

FMI deu uma ‘bicada’ nos neoliberais?

Um artigo na revista do Fundo provocou uma reação do “Financial Times”. Economistas discutem se a agenda neoliberal foi mesmo posta em causa

O caldo entornou-se nos últimos dias em torno da agenda neoliberal. Um estudo de três economistas do Departamento de Investigação do Fundo Monetário Internacional (FMI), um deles, Jonathan D. Ostry, o seu diretor-adjunto, dizia que “os benefícios de algumas políticas, que são uma parte importante da agenda neoliberal, parecem ter sido de alguma forma exagerados”.

O artigo saiu na edição de junho da revista trimestral do Fundo, a “Finance & Development”, e trazia um título chamativo — “Neoliberalismo: Sobrestimado?”, ilustrado com uma foto sugestiva da bolsa do Chile, com a legenda ainda mais sugestiva “um dos primeiros países a adotar uma modalidade de políticas neoliberais” (todos estamos recordados de quando). Apesar do verbo “parecer” usado na conclusão, o artigo traz evidência histórica, recolhida pelos autores, de que a avaliação de duas “políticas específicas” — liberalização de capitais e consolidação orçamental (vulgo austeridade) — dessa agenda revelam “conclusões inquietantes”. A repercussão internacional do artigo levou o “Financial Times” a zangar-se. Em editorial, o influente jornal britânico não poupa na classificação do artigo como “retórica pueril” e de ser “um golpe de relações públicas na nova rotulagem de políticas existentes”. Acusa, ironicamente, de, “na tentativa de estar na moda, o FMI, pelo contrário, parecer tão fora de moda como um homem de meia-idade vestindo um boné de baseball virado para trás”. O jornal diz, com humor, que o FMI deveria “cingir-se ao seu tricó”.

Na quinta-feira, o economista-chefe do FMI tentou matar a polémica. Em entrevista à revista online “IMF Survey”, Maurice Obstfeld diz que o artigo na ribalta “não significa uma grande mudança na abordagem do Fundo” e que “tem sido amplamente mal interpretado”. Sublinha que a organização tem vindo a repensar as suas políticas desde a crise financeira global, mas que o faz dentro do lema “evolução e não revolução”.

O FMI e o seu ventríloquo

“Essencialmente estamos perante uma tempestade num copo de água. O problema é que, apesar de o texto ser relativamente contido e cauteloso — e francamente pouco ambicioso —, os autores escolheram um título provocativo, que nem reflete o conteúdo — e muito menos o tom — do artigo”, diz Luis Cabral, professor na Universidade de Nova Iorque. Mas, para Nuno Teles, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, “a novidade do texto reside no enunciado do neoliberalismo enquanto aparato ideológico dominante”, apesar do artigo fazer o que é típico do FMI: “Arte de manter o paradigma” digerindo algumas críticas. No entanto, o economista Ricardo Arroja, autor do blogue “O Insurgente”, condena a “rotulagem abusiva” do artigo remetendo para o neoliberalismo, pois o que os economistas do FMI criticam “é a

política económica neoclássica, coisa distinta”.

António Bagão Félix, ex-ministro da Segurança Social e das Finanças, é irónico: “O Fundo Monetário Internacional não é o FMI”. O Fundo por extenso “é o fundo dos silêncios, dos técnicos fardados e dos financiadores sentenciadores sem apelo”. Mas o acrónimo, o FMI, “é uma espécie de relações públicas do Fundo Monetário Internacional em versão simpática de ventríloquo do que este último jamais pode admitir, ou seja, os seus erros ou rigidez”. Para Ricardo Paes Mamede, professor do ISCTE, o artigo vem na sequência do “repensamento” feito pelo FMI “começando a reconhecer os problemas que resultam de uma adesão acrílica à agenda neoliberal”.

Ajuda ao populismo

Reação muito negativa ao artigo é assumida por Nuno Fernandes, professor na IMD Business School em Lausana, na Suíça: “O artigo não deixa de passar uma imagem patética de uma instituição com importância mundial e pode ajudar à vaga populista que se assiste por todo o mundo, e em particular na Europa”.

Jorge Braga de Macedo concorda com o “Financial Times” e considera o editorial do jornal britânico “um texto admirávelmente bem escrito e certo”. O ex-ministro das Finanças e professor de Economia na Universidade Nova de Lisboa não deixa de sublinhar, no entanto, que o artigo em questão, tal como livros e teses de doutoramento recentes, chama a atenção “para o tema importante da desigualdade entre países e dentro deles”. “Esse tema, antes marginal na análise económica, tornou-se central nos últimos anos, consequência certamente dos efeitos distributivos da crise financeira global”.

E Arroja acha que, apesar de inflamada, a reação do “Financial Times” “de forma acertada, salienta o problema do reduzido crescimento mundial da produtividade”.

JORGE NASCIMENTO RODRIGUES
economista@expresso.imprensa.pt



Nada como dizer uma coisa, com ar intelectualizado, e fazer outra”

Bagão Félix
Economista e gestor

O artigo do FMI e o editorial do “Financial Times” servem para alimentar um diálogo de surdos”

Luis Cabral
Professor da Universidade de Nova Iorque

O FMI pode ajudar à vaga populista que se assiste em particular na Europa”

Nuno Fernandes
Professor no IMD na Suíça